

# O SÉCULO XVII

## I

**E**NTRE as mentiras convencionais da nossa história destaca-se o descrédito do século xvii como uma das mais universalmente aceites. Século em que a Companhia de Jesus exerceu uma verdadeira ditadura moral e intelectual, ennegrecê-lo é dever de quantos, mordidos pelas piores gafas anti-clericaes, ainda se gastam no salivoso e anacrónico ódio contra os Jesuitas, verdadeiros obreiros do Portugal-Restaurado, — do Portugal, cujas virtudes tão sólidas como modestas são o admirável recheio dêsse não menos admirável século xvii.

Motivam as presentes reflexões o volume, recentemente apparecido, — *O Seiscentismo em Portugal*, do dr. Manuel Múrias. Espirito disciplinado por uma prudente cultura, Manuel Múrias pertence a um reduzido, mas iluminado escol de moços que já descreeram da mera eventualidade da renovação da pátria por virtude duma simples transformação politica, para plenamente entregarem as suas esperanças à ressurreição integral das directrizes obliteradas do génio portuguez. Considerando o problema da revisão da nossa história como fundamental, logo lhe atraíu a atenção recolhida e douta o recolhido e douto século xvii. Cabe a Manuel Múrias a glória de haver, numa visão de conjunto, intentado a reabilitação dum largo período da nossa actividade nacional, ainda que aproveitando materiais carreados por outros, mas com um restrito fim monográfico. Efectivamente, desde Joaquim de Vasconcelos, arredando com mão segura o acervo de calúnias que ennodavam a figura del-rei D. João IV, a Edgar Prestage e a J. Lúcio de Azevedo, — um, contornando enèrgicamente o complicado perfil de D. Francisco Manuel de Melo, o outro elevando à memória do Padre António Vieira um sólido e imperecível monumento, o século xvii já entrara como tema preferido nos trabalhos dos nossos eruditos

## LUSITANIA

mais reputados. Faltava-nos, porém, uma ementa do que êle fôra, não em aspectos parciais e destruncados, mas como unidade sintética dentro do plano geral da nossa história. Sem a pretensão de arrumar o assunto, Manuel Múrias conseguiu dar-nos um volume fácil e persuasivo, em que se restitui ao Seiscen-tismo o sentido das suas magníficas contribuições, tão adulteradas e tão pervertidas por uma crítica sectária depois.

Quere-me parecer a mim que o descrédito do século xvii não é apenas obra da falsa e superficial historiografia do século passado. Sobe de-certo a Pombal, a êsse nefasto e vigoroso desnacionalizador, rendido por completo aos métodos da Enciclopédia, — sobe, sem dúvida, à *Dedução cronológico-analítica*. A infamação dos Jesuitas, promovida por tão indigno como insubsistente libelo, caiu em cheio sôbre o século xvii, nascido e conformado pela inspiração da Companhia. Mas, se despidos de preconceitos, o considerarmos através da joeira dum frio e imperturbável juízo, não tardaremos a reconhecer que êle, ao lado do século xv, é um século de puro e castiço lusitanismo.

Não aludiremos agora ao esforço político da Restauração, — esforço em que as energias colectivas improvisaram uma magnífica pléiade de generais e de diplomatas, saídos quási todos das aulas da Companhia de Jesus e em cuja escolha o dedo de D. João IV se manifesta com adestrada felicidade. Mas fixar-nos hemos um pouco na campanha intelectual desenvolvida em tórno e a favor da Restauração por um grupo de polemistas experimentados e pertinazes. Trata-se dum capítulo da nossa história, que é simultâneamente um capítulo da história das ideas europeias. Aqui se acolheram os últimos defensores da « liberdade cristã » da Europa, numa hora em que o absolutismo real, engrossado pelos ventos da Renascença e da Reforma, estrangulava avidamente as derradeiras franquias e privilégios, tanto localistas como corporativos, legados pela Idade-Média. Se, incontestavelmente, são castelhanos em parte os tratadistas que inspiram a agitação filosófica, que a política da Restauração utilizaria com ressonância e labareda, devemos, em todo o caso, acentuar que muitos dêles, com o insigne Suarez à frente, professaram em cátedras portuguesas, crescendo ainda que, reavivado de S. Tomás e dos seus diligentes comentadores, o alto pensamento que os guiava, se pertencia ao património mental da

## O SÉCULO XVII

Europa, só na Península encontrou o seu último reduto, — um reduto firme e consciente. Em face da galhardia com que os nossos polemistas de Seiscentos, educados em tão segura formação, combateram, contra o Direito-Romano dominante, o conceito patrimonial do Estado, não nos aventuraremos a uma afirmação leviana se os saudarmos como os precursores das modernas correntes nacionalistas. Sustentavam já êles então, contraditando as copiosas apologias filipinas, divulgadas por tóda a Europa, que « os Reis foram feitos para os povos, e não os povos para os Reis. » E, por que outros não eram as lições e os ensinamentos dos Jesuitas, compreendemos agora porque, um século a seguir, o marquês de Pombal os expulsaria por « *monarcómacos & sequazes dos republicanos* ». Os Jesuitas, sequazes dos republicanos, é de estarrecer, na verdade, Mr. Homais na sua botica em Rouen!

Êste aspecto do nosso Seiscentismo, cuidadosamente assinalado por Manuel Múrias no seu excelente estudo, relaciona-se de perto com uma questão não menos acalorada, em que as nossas duas Universidades (Coimbra e Évora) figuraram igualmente como teatro. Aludo ao « molinismo ». Não ignoro que o livro do jesuita Luís de Molina, professor da Universidade de Évora, sôbre a concordância do Livro-arbítrio com a Graça, apareceu em Lisboa no ano de 1588. Mas um século no seu significado cultural e social não coincide as mais das vezes com os seus limites cronológicos. E quanto a mim, o século xvii, filho da Contra-Reforma, não é senão a demonstração de quanto se ajustaram à parte sã da alma portuguesa as direcções ditas em Trento à catolicidade em crise. Ora o « molinismo » não se enquadra já no grande desvario de Quinhentos e corresponde inteiramente à mentalidade que dirigiria o nosso Seiscentismo. Conquanto espanhol, Luís de Molina, como todos os Jesuitas, achou entre nós maior eco de que na sua própria pátria, onde um virtuoso dominicano, fr. Domingos Bañez, confessor de Santa Teresa, o impugnou ruídosamente. ¿ A que conclusões chegava o « molinismo »? Obtiveram as suas disputas uma ampla repercussão europeia e não suponham que versavam uma querela inútil, — um bisantinismo de argumentadores infatigáveis. Não! Defensores da liberdade política contra a concentração absolutista, os Jesuitas mostraram-se da mesma maneira,

## LVSITANIA

e com a mesma veemência, defensores da «liberdade interior», — da «autonomia individual», seriamente ameaçada pelos excessos da doutrina da Predestinação, que suprimia tãda a humana iniciativa. As teses de Molina honram a Companhia de Jesus e as nossas escolas. E no seu *Condenado por desconfiado* um outro Molina, — Tirso de Molina —, castelhano também, dar-lhes-ia expressão literária inolvidável.

Aponta Manuel Múrias no seu volume com suma acuidade a característica fundamentalmente intelectual do século xvii. Século da prosa portuguesa, — século da fixação da língua, o define Manuel Múrias. Se as arcarias e as musicalidades excessivas do neo-classicismo conferem abundância e dinamismo ao idioma, emfim estabilizado, o folc-lore, com exemplo nos *Apólogos dialogais*, de D. Francisco Manuel de Melo, imprime-lhe imprevisto, sabor e até picturalismo, — coisa rara nas literaturas contemporâneas, exceptuada a espanhola. Mas a linguagem, assim apurada, não se detinha num mero exercício verbal, — num exclusivo arranjo plástico da palavra. Se as modas poeticas gafam com maneirismos de importação a nossa frondosa árvore lírica, não se veja nisso um sinal ou estigma de decadência! A viçosa floração mental do século xvii certifica-nos do contrário. E não é de balde que Manuel Múrias sumaria os serviços dos nossos missionários, — Jesuitas, sobretudo, prezados ao conhecimento das línguas exóticas, preparando com recuada antecipação o caminho à filologia comparada. Título êsse de glória, que é preciso reivindicar para os que, porventura, duvidem de que houve uma «sciência portuguesa», ajuntemos-lhe ainda o do «Suarismo», oportunamente recordado por Manuel Múrias num momento em que a reviviscência da Escolástica tanta actualidade dispensa ao desprezado labor dos esquecidos mestres coimbrões.

Viajando em Portugal à volta de 1875, observava a tal respeito Menéndez y Pelayo, ainda rapaz: — «*Hombres en lo demás doctos y juiciosos, estan llenos de preocupaciones respecto à la antigua filosofia, y solo asi se explica el que tengan olvidados por completo a los comentadores de la Escuela Conimbricense y para nada tomen en cuenta el desarrollo del Suarismo en Portugal que fué tan notable.*» E o brilhante polígrafo acrescenta: — «*Los libros más recientes vienen llenos de declamaciones contra la filosofia de los jesuitas, como si*

## O SÉCULO XVII

*estuviesemos aun á la altura del siglo xviii.»* O reparo de Menéndez y Pelayo atinge no íntimo a teia de falsidades em que até hoje o Seicentismo se enredou entre nós. Vítima da superficialidade gárrula do século xviii, o nosso Seiscentismo sofreu o descrédito que sofreu a Escolástica com a vitória das filosofias fáceis da Enciclopédia. Para que se aprecie a amplitude de tamanho desvio que nos levou a atirar para o limbo dos farrapos anónimos um dos mais inconfundíveis capítulos da nossa vida cultural, não falarei do renascimento do Tomismo, com o seu centro irradiador em Lovaina, nos termos em que falaria um publicista católico. Prefiro que escutemos um testemunho insuspeito, — o dum agnóstico confesso, Gonzague Truc, no seu livro, *Le retour à la Scolastique*. Diz-nos êle: — « *La tradition philosophique arrêtée au xviii.<sup>e</sup> siècle, sait-on que c'est avec l'esprit humain que l'on rompait? Voici donc que l'Eglise reprend son vieux rôle, qu'elle recueille pour la conserver, à travers l'indifférence ou l'hostilité des Barbares, la sagesse des anciens jours.* »

Considera Gonzague Truc a Escolástica como uma extraordinária resultante da prudência de Aristóteles e do arrôjo de Plotino, — « como o melhor da meditação antiga vivificada e penetrada pela sensibilidade cristã. » Para Gonzague Truc a religião não foi a única atingida, quando no século xvi a Reforma inaugurou o puro individualismo. « *On a dit non et à l'autorité dogmatique, et à la discipline, et aux tresors du passé. On a tout daté de soi. On a imposé à l'esprit d'oublier le travail des siècles, de recommencer sur nouveaux frais.* » E o autor do *Le retour à la Scolastique* concretiza o que significou para nós, ocidentais, o repúdio da Escolástica, *perennis philosophia*: — « *Au fond, l'œuvre du monde moderne a consisté en ceci, à dresser un esprit issu de l'âpre génie des peuples envahisseurs contre la domination intellectuelle des peuples méditerranéens...* » Opõe Gonzague Truc aos desvios da inteligência contemporânea a Escolástica, — Gonzague Truc, cujo agnosticismo é necessário ter bem presente, para que o seu depoimento se pese nas suas condições de imparcialidade perante a Igreja, o que o valoriza excepcionalmente para a nossa demonstração. Assim na incapacidade construtiva dos vários subjectivismos filosóficos que pretenderam substituir a Escolástica, esta « *reste*

## LVSITANIA

*donc le témoin perpetuel de la seule pensée valable et la règle où les diverses disciplines doivent se venir mesurer.*» Não sei de apologia mais calorosa de que a de Gonzague Truc! O seu livrinho contribuirá indubitavelmente para transformar as opiniões correntes, depois do ascenso do falso racionalismo, sobre o alcance e os méritos da Escolástica. Êle ajuda-nos a restituir ao seu lugar perdido os velhos mestres coimbricenses, que já Menéndez y Pelayo, ha quasi cinqüenta anos, achava envoltos num injusto e, para nós, deprimente esquecimento.

Podemos agradecer ao falecido e illustre doutor Ferreira Deusdado o inventário da doutíssima actividade dos comentadores coimbrões no seu precioso opúsculo *La philosophie thomiste en Portugal*. Mencionemos o jesuita Pedro da Fonseca, que alguns apelidam de « novo Aristóteles » e que Menéndez y Pelayo nos indica como influindo grandemente na formação e na enunciação do « molinismo ». Na difusão e no comento do « Suarismo » nomearemos os padres Baltasar Teles, Manuel de Góis e Sebastião do Couto, — os dois últimos autores do célebre *Curso de Artes*, publicado pelo Colégio Conimbricense, sendo a Lógica de Couto e o demais de Manuel de Gois. Foi europeu o *Curso de Artes* e debaixo da designação geral de *Commentarii collegii Coninbrensis* serviu de texto de ensino a tóda a Europa culta. Mede-se já a importância de quanto nos roubou, falseando a interpretação exacta do século xvii, o anti-jesuitismo, contaminado por Pombal e pelo Enciclopedismo aos nossos pretensos críticos e historiadores. Ninguém ignora que, num desdém vexatório pelo latim, Inocêncio só registou no seu *Dicionário bibliográfico* os autores que escreveram em português. Repeliámos dêste modo um jesuita como Manuel Álvares, a quem se deve o *De Institutione Grammatica libri tres*, — compêndio notabilíssimo, igualmente espalhado por tóda a Europa, e o mercedario fr. Serafim de Freitas, catedrático em Valladolid e eminente refutador de Grocio no seu *De justo imperio Lusitanorum asiatico*. Não falando nos orientalistas fr. Jerónimo de Azambuja (Oleaster) e fr. Francisco Foreiro, teólogos ao concílio de Trento e insignes tradutores dos sagrados textos hebraicos. Bem nos recordamos que cronològicamente fr. Francisco Foreiro e fr. Jerónimo de Azambuja são do século xvi, mas intellectualmente encorporam-se já na corrente culta que originou

## O SÉCULO XVII

e alimentou o nosso Seiscentismo. Tanto fr. Jerónimo de Azambuja, como fr. Francisco Foreiro, não se limitam nos seus trabalhos a uma versão rigorosa das Escrituras. Nos *Commentarii in Pentateuchum Moysi*, fr. Jerónimo Oleastro empenha-se em procurar o significado genuino e primitivo de cada palavra hebraica, subindo às suas etimologias e corrigindo, inclusivamente, a versão dos Santos Padres em bastantes passos. Fr. Francisco Foreiro, na sua tradução das *Profecias de Isaías*, emprega processos idênticos, oferecendo-nos um notabilíssimo comentário filológico sobre os idiotismos da língua hebraica. Adicionemos aos seus nomes o nome do crúzio Pedro de Figueiró, ao qual, pela sua perícia no domínio e cultivo das letras sacras, chamaram os seus contemporâneos « *alter Hieronymus* ».

Com semelhante preparação e tais antecedentes compreendemos já sem custo a que elevação intelectual nós subimos no século xvii. Insisto pelo carácter tridentino do nosso Seiscentismo, — pela perfeita ortodoxia do seu pensamento e das suas tendências. Não porque me dirija agora qualquer intenção apologética. Mas, colocado em pleno critério objectivo, para que se destrua de vez o aleive injustificado que tem esse século como uma pausa humilhante na nossa história, acusando nêle os frutos duma longa e asfixiante tutela eclesiástica. A minha tese é a tese do dr. Manuel Múrias, — tese que me facilitou motivo para as breves glosas com que a estou torneando. Exactamente, nos moldes e direcções impostas pela Contra-Reforma à sociedade portuguesa, é que reside o segrêdo do florescimento lusista do nosso Seiscentismo. Na *Introdução ao Dicionário da Língua Portuguesa*, de Pedro José da Fonseca, e impresso pela Academia em 1793, confessa-se louvavelmente que « *a idade mais elegante da pureza da nossa língua deve contar-se desde o ano de 1540 em que começaram a ler na Universidade de Coimbra os insignes mestres que El-Rei D. João III nela estabeleceu.* » Eis o reconhecimento dum facto que só por si enche de luminosidade o século xvii: graças ao ensino humanista, como os Jesuitas o professaram, a nossa língua se estabilizou na pena dos Seiscentistas, — e estabilizou-se numa prosa onde mergulha as suas raízes quanto, no falar português, existe de sóbrio, de grave e de definitivo.

Eu não quero converter os meus leitores à admiração da

## LVSITANIA

Companhia de Jesus. Exijo-lhes apenas, como homens cultos e de boa-fé, que a encarem e julguem sem prevenção de espécie alguma. Um livro lhes recomendo, embora êsse livro seja sectário no debate de mais duma questão. É o estudo de H. Boehmer, professor da Universidade de Bonn, — um dos redutos do protestantismo intelectual, e traduzido para francês pelo calvinista Gabriel Monod, — *Les Jésuites*. Basta a leitura da obra de Boehmer para despojar de preconceitos inadmissíveis, no caso particular dos Jesuitas, quem se reja pelas luzes serenas da inteligência. Ora nós, portugueses, não podemos, na verdade, separar a nossa história da história da Companhia. Boehmer honestamente classifica como errôneas as imputações que atribuem a nossa decadência aos Jesuitas. A revisão do processo do século xvii põe-nos em frente da Companhia, levando-nos a verificar que, século jesuítico por excelência, é também essencialmente um século português, desde a medula à alma. Não constituíram os Jesuitas com os seus colégios e os seus professores um cerrado mandarinato para raros e escolhidos discípulos. Apostolizaram como poucos as primeiras letras e à Companhia se agradece a instituição e difusão da que hoje entendemos por « instrução secundária ». Resolveram assim os Jesuitas hábilmente o problema do « humanismo ». O mal da Renascença, com conseqüências bem funestas na dissolução individualista dos nossos dias, consistiu em arvorar o ideal humanista como *tipo* ou *fim* de vida. Apropriando-se dos recursos que as « humanidades » traziam à cultura geral do espírito, os Jesuitas utilizaram o « humanismo », não como uma *finalidade*, mas como um *meio* ou *elemento* de formação mental. Como o renascimento do Tomismo lhes dá hoje razão no seu apêgo à filosofia tradicional, não os reabilita menos a defesa recente e unânime das « humanidades » como clarificadoras do espírito nos adolescentes. Coincide o período escolar em que as « humanidades » se freqüentavam com um período grave no nosso desenvolvimento moral e físico. Oíçamos Léon Daudet no seu formidável discurso, pronunciado na Câmara dos Deputados francesa em 27 de Junho de 1922, sôbre a influência das « humanidades » no ensino secundário: — « *Vous savez que la maladie du jugement, qu'on appelle, d'après la racine grecque, l'aphronie, de a privatif et — phronos jugement, est un trouble*



## O SÉCULO XVII

*cerebral et corporal qui prend les enfants à l'âge de onze ans et les accompagne jusqu'à l'âge de vingt ans, l'âge de l'échéance philosophique, des connaissances métaphisiques qui libèrent la personne humaine des préoccupations exclusives de l'instinct sexuel.* » E Daudet adita : — « *Pendant cette période, je considère que les humanités, même sous la forme réduite ou elles sont enseignées, sont la meilleure assise du jugement.* »

Não nos é possível seguir Léon Daudet na dedução das suas considerações. Mas o pequeno trecho reproduzido intima-nos a importância capital das « humanidades », não só como método de ensino, mas também como tratamento eficaz da psicologia tão revolta e desencontrada da adolescência. Explica-se, pois, o sucesso da acção pedagógica dos Jesuitas, que entre nós, — no debatido século xvii, sobretudo —, se disciplinaram inteligências, criaram, principalmente, « homens ». Com êsses « homens », provindos dos colégios da Companhia, se levantou e consolidou a fábrica difícil do Portugal-Restaurado, — dos seus generais, dos seus diplomatas, da sua burguesia, aos seus escritores e aos seus missionários. É um século em que, ao lado dum Salvador Correia de Sá, dum marquês de Marialva, dum D. Sancho Manuel, dum Matias de Albuquerque, no campo das batalhas, se perfilam nas pugnas subtis da política externa um Francisco de Sousa Coutinho, um Andrade Leitão, um João Rodrigues Sá e um António de Sousa de Macedo. Não nos faltam economistas, como que tocados dum antecipado sentido nacionalista, em Manuel Severim de Faria e em Duarte Ribeiro de Macedo. Sobrepuja a todos pela multiplicidade das suas aptidões o Padre António Vieira, — expressão invulgar do Sonho e da Acção. É um século em que se *constrói*, — desde as fortificações de Elvas, exemplar completíssimo do sistema Vauban, aos inumeráveis edificios militares e civis, que as necessidades sociais e políticas da Restauração nos exigiam. Há uma justa correspondência em tôdas as camadas nacionais, — uma como que equilibrada e salutar função de osmose e endosmose. O povo preenche com bela matéria-prima os quadros da pátria que se reedifica. E porque os Jesuitas exercem uma intensa ditadura nas almas e nos cérebros, não o suponham mergulhado no obscurantismo das inevitáveis declamações duma história para gastos folhetinescos!

## LUSITANIA

Conhece-se uma memorável consulta da *Mesa de Consciência e Ordens* dos fins do século xvi que nos ajuda a reconstituir a divulgação do ensino, levada a efeito pelos Jesuitas. « Essa consulta, — elucida o malogrado doutor Ferreira Deusdado nos seus *Educadores portuguezes* —, quere atalhar à falta de homens para outros exercícios lícitos e necessários da nação e mostra os inconvenientes que há em haver em Portugal muitos letrados pela facilidade com que pais tanto nobres como mecânicos, ainda que pobres, mandam aprender latim e artes, nos colégios, gratuitos, espalhados em todo o reino. Uns vogais, querem, — continua Ferreira Deusdado —, que se fechem os colégios ficando uma só classe, paga à custa dos ouvintes, outros que nenhum nobre possa matricular na Universidade mais de dois filhos e o mecânico um só e o cristão novo nenhum, sem especial licença do Rei, porque ainda desta maneira sobejarão letrados nestes Reinos ». Recortado de José Silvestre Ribeiro na sua *História dos estabelecimentos scientificos e literários*, chama Ferreira Deusdado em seu refôrço um excerto de Faria e Sousa. É como segue: — « O Cardeal D. Henrique fundou em Évora um sumptuoso Colégio e Universidade para os Padres da Companhia, onde têm escolas gerais de que se aproveitam os naturais daqueles sitios, com tal concorrência que vindo muitos para isso a deixar a cultura dos campos, em cujo exercício se criaram, a perderem-se muitas terras que produziam fertilmente o sustento de grande parte do Reino, levado por isso à necessidade de pedir pão aos seus próprios inimigos. »

Tão ligados ao viver íntimo de povo, não se admite mais a declamada lenda de obscurantismo que envolve simultaneamente os Jesuitas e o século xvii! Não se afirma nenhum paradoxo se dissermos que êsse é o século em que, proporcionalmente, a cultura geral se acha difundida com maior largueza e penetração. Século de Sebastianismo ignaro, — obtemperará em defesa última quem se atreva a permanecer fiel aos conceitos herdados da *Dedução cronológico-analítica*. Século de Sebastianismo, efectivamente, — corroboro eu, mas sem que a palavra « Sebastianismo » atribua um sentido de baixa e estigmatizante alucinação. Se há em Portugal um período da sua história mais estruturalmente intelectual, — insisto —, é, fora de dúvida, o século xvii. ¿ Como explicar então, a não ser por uma rara

## O SÉCULO XVII

psicose colectiva, o sonho, a crença comum no Encoberto, de que participam ardentemente, antes e depois da Restauração, nobres e plebeus, ganhões e catedráticos? Motivo para extensas lucubrações, o Sebastianismo, como « religião da Esperança » e como « mito nacional », não merece os desdêns dos que objectiva e racionalisticamente se ocuparam d'êle, desde o confuso e babilónico José Pereira de Sampaio (Bruno) a J. Lúcio de Azevedo e António Sérgio. Urge, porém, que o ilibemos das constantes ampliações romanescas que a cada hora o adulteram, tornando-o em teta esfalfada duma não menos esfalfada bastardia lírica. Antes de tudo, no Sebastianismo revela-se, transfigura-se, a aptidão universalista do génio nacional. É semelhante aptidão o sinal peculiar e próprio da alma hispânica. Ainda recentemente Oswaldo Spengler, tão afamado pelas suas teorias catastróficas acêrca do futuro da « civilização ocidental », asseverava que os « espanhóis », primeiro que ingleses e prussianos, souberam dar à civilização europeia ideas universais. Tais ideas resumem-se no ideal católico, que a Península desposou como seu, ditando-o e servindo-o como uma projecção da sua fisionomia espiritual. A designação de Spengler: — « espanhóis » é preciso corrigi-la por « hispânicos », para que, mais exacta, abranja assim « portugueses » e « castelhanos ». Ora a tendência espontânea para a hegemonia mundial, equivalente ao *ville zur Macht* faustiano, que Oswaldo Spengler reconhece nos « hispânicos », entrega-nos a chave da concepção sebastianista.

Se o temperamento dogmático e sêco do castelhano, como nascido e medrado nas solidões pensativas do Meseta, o empurra para manifestações exclusivamente *individuais* e *individualistas*, como o *D. Quijote*, as gentes da ribeira atlântica, dispondo duma outra sociabilidade e senhoras duma feição lírica inconfundível, encontrariam no relêvo duma criação anónima o herói que lhes personificasse as aspirações, a um tempo comunitárias e imperialistas. A condição especial do Luso dentro da família peninsular, objecto de longos debates, fixa-se tipicamente no caso do Sebastianismo. Claro que « Sebastianismo » significa e importa um conjunto de sentimentos e de fôrças morais que excede a figura restrita de D. Sebastião, o qual foi o seu condensador. Entrelaçando agudamente a origem da crença sebastica com as entranhadas raízes do lirismo português, nota

## LUSITANIA

algures Menéndez y Pelayo : — « *No es vana la antigua tradición que pone en Portugal o en Galicia la cuna del Amadis y de la mayor parte de los primitivos libros de caballerias, derivación muy libre y muy españolisada de los cuentos galeses y armoricanos. Allí debieron nacer por la misma ley de misterioso atavismo celtico que llevó a los portugueses à la conquista del Mar Tenebroso, fascinados por el espejismo de las islas encantadas y de la leyenda de S. Brandam, y que à través de los siglos renueva hasta en sus minimos pormenores el mesianismo del Rey Artur, rex quondam resque futurus, en la esperanza nunca desfallecida y siempre renaciente, de los que todavia aguardan en dia de niebla por la foç del Tajo al Rey Don Sebastian, redentor de su raza y fundador del sexto (sic) imperio apocalypticico.* »

O parentesco evidente do mito do Encoberto com o mito do Rei Artur obrigava Menéndez y Palayo a recorrer para um recuado fundo étnico, que o insigne polígrafo qualificava de « céltico », forçado pelo celticismo erudito da época em que escrevia. Sem discutirmos agora qual a natureza dêsse *abstractum* étnico, — se céltico, se ligure, ou se até ibérico, convém recordar que na sua *Historia de los heterodoxos españoles*, Menéndez y Pelayo, encostado a um passo célebre de Suetonio, nos fala duma sibila de Clunia, — *fatídica puella*, que prometera à sua tribu oprimida um salvador no futuro. Para os que se gastam a denunciar o Sebastianismo como uma afloração espúria do messianismo judaico, tanto as suas afinidades com o mito de Artur, como o facto apontado da *fatídica puella* de Clunia, emancipam-no prontamente dessa indicada ascendência israelita. Os elementos bíblicos que transitaram para a religião sebástica forneceu-lhos a mística cristã. Na hora de Seiscentos, em que aparecia o opúsculo de Lucindo Lusitano, (Luís Marinho de Azevedo), em favor de D. João IV, — *El Principe encubierto, manifestado en quatro discursos políticos exclamados al rei D. Philippe IV de Castilla*, Lisboa, 1642, corria também em Madrid *El principe escondido (Meditaciones, de la vida oculta de Cristo, de los doce hasta lo treinta años)*, por fr. Marcos Calderon, Geral dos Mercedários e Prègador de Felipe IV. A linguagem do nosso mito nacionalista ajusta-se, pois, à linguagem simbólica da Igreja. Não carecemos, por

## O SÉCULO XVII

isso, de degenerar o que é flama acesa do nosso génio numa superstição passiva sem dignidade nem grandeza.

Mas eu referia-me à sibila de Clunia, — à *fatidica puella*, mencionada por Menéndez y Pelayo. Não passou ela despercebida ao nosso infatigável Martins Sarmiento. Em nota a pags. 273-274 dos seus *Argonautas (Subsídios para a história antiga do Ocidente)* consigna o doutíssimo arqueólogo: — « Para completar a sua obra, não seria estranho que os druidas semeassem a promessa dum libertador. Não há notícias dêste messianismo na Galia; mas vamos encontrá-lo na Espanha, na Cantabria, onde menos se esperava. Quando Galba subiu ao trono, viu-se nêle o libertador do mundo, profetizado dois séculos antes por uma virgem cantábrica (Suetonio, Galba, IX)... O noroeste da Espanha foi talvez o refugio de muitos Ligures da Galia e da Inglaterra. ¿É de alguns dêstes países que vem o misterioso messianismo dos Cantabros? » Se Martins Sarmiento atendesse à irmandade em costumes e instituições de Lusitanos, Galaicos, Astures e Cantabros, expressamente testemunhada por Strabão, não carecia de formular a sua pergunta. A *fatidica puella* de Clunia insere-se no mesmo fundo étnico, de que derivou depois o Encoberto. E tão autóctone tal *substractum* se nos revela, que, relacionando-o com os primitivos cânticos galaicos, Menéndez y Pelayo, para provar o indigenato dêstes, sublinha sàbiamente nêle uma ausência total de carácter bélico. ¿Pretendo eu, por meu lado, sustentar que o Sebastianismo, como expressão dum determinado estado psíquico, seja afirmação exclusiva da árvore genealógica em que a grei portuguesa se entronca? De modo nenhum. De-certo que Sebastianismo, pròpriamente dito, é apenas nosso, mercê da figura histórica que o corporizou. Mas a ânsia messianista que o inspira pertence ao património sentimental e místico da humanidade. Acontece, porém, que, se em muitos povos ou raças há excepcionalmente um herói salvador que, derrotado, volverá um dia, para resgate e apoteose dos seus, — isto desde as fundas idades poéticas até as portas da eras contemporâneas, em Portugal a crença no Encoberto torna-se a feição predominante duma sociedade e duma época, com aquêle valor de condensação energética, conferido modernamente por Georges Sorel aos « mitos », que se apressa a não confundir com as « utopias ».

Baseado na teoria de Georges Sorel, reflexiona Vilfredo Pa-

## LUSITANIA

reto: — « *Il n'existe dans l'histoire aucun peuple grand, fort, prospère, chez lequel on ne trouve les sentiments profonds et actifs qui se manifestent par un idéal, une religion, un mythe, une foi. Tout peuple, — avança Pareto —, où ces sentiments s'affaiblissent est en voie de décadence. Bien des petits peuples sont devenues grandes parce qu'ils avaient foi en eux mêmes; un peuple qui perd cette foi est tout près de la ruine.* » O Sebastianismo, como mito nacionalista, não era, no momento agudo de Seiscentos, senão a fé exasperada da nação portuguesa em si própria. O que no Sebastianismo crepitasse de vesânia ou estultícia, como o regresso de D. Sebastião, — forma tangível da « religião da Esperança » para o vulgar das gentes, nobre e lógicamente o combateu o vigoroso espírito seiscentista. Nada melhor no-lo ensina do que a lápide famosa da « Porta do Nó » em Vila Viçosa, — lápide comemorativa da aclamação de D. João IV. Reza a inscrição, transposta a vernáculo: — « *Esta é a fatal porta dos Nós. João poderoso livra-me com a espada do nó da Espanha. Desfaz Alexandre o nó para imperar como rei na redondeza da terra; o meu rei o desata para empunhar os scetros do Rei Encoberto. Ano de 1654.* » Tal é o sentido preciso, — a definição histórica do mito sebastico. Portugal identifica-se ao rei perdido, mas imortal. D. João IV, retomando o lugar de D. Sebastião, dá realidade ao mito e volve-o em acto permanente e vivo. Com razão declara Vilfredo Pareto que « *dans la vie des peuples, rien n'est aussi réel et pratique que l'idéal.* » Na vida do nosso povo, o « Sebastianismo » é a « personificação » dêsse ideal que o alimenta, — ideal de que o « milagre de Ourique » traduz igualmente um outro aspecto, uma outra face.

Salienta ainda Vilfredo Pareto que « *la réalité de l'idéal ne se trouve pas en soi-même, mais dans les sentiments qu'il révèle* », acrescentando que « *le contenu logique de l'idéal importe peu.* » *Ce qui importe beaucoup plus c'est l'état psychique qu'il révèle, dont il est un symptôme.* » Eis o problema do « sebastianismo » em relação ao século xvii. Rectificando a Oliveira Martins, pretende mestre Bruno no seu *Encoberto* que o historiador confundiu « dois factores diferenciados diversificadamente: o do sebastianismo e o do messianismo em Portugal; o primeiro considerado irrisório e pertença de maniaticos; o segundo, reputado intangível, como

## O SÉCULO XVII

inviolável timbre da dignidade colectiva. Um, além da adaptação de profecias estranhas, deriva das trovas de Bandarra; o outro fundamentava-se, além da tradição nacional, anónima, no juramento de D. Afonso Henriques.» Enganava-se, porém, redondamente o afanoso publicista portuense! O messianismo é que, duma maneira ou outra, representa no desenvolvimento de todos os povos um traço geral e comum. O «Sebastianismo», pelo contrário, determina a feição especial que semelhante fenómeno adquiriu em Portugal. Não há que separá-lo, portanto, da exaltação nacionalista que falsifica as actas de Almacave e utiliza mais tarde, nos combates diplomáticos da Restauração, as miragens eruditas de fr. Bernardo de Brito na sua *Monarquia Lusitana*.

Vimos já como a lápide de Vila Viçosa concretiza o significado oportunista do Encoberto. O mesmo propósito conduz à modificação da estrofe célebre do Bandarra:

« *Saya? Saya esse Infante  
Bem andante?  
O seu nome he Dom foam:  
Correrlheam o Pendam,  
E o Guiam,  
Poderoso & triumphante.* »

por

« *Saya? Saya esse Infante  
Bem andante?  
O seu nome he Dom Joam.* »

De resto, bem antes da Restauração, o cristão-novo Manuel Bocarro Francês não fugia de apregoar, como sebastianista confesso, que, embora D. Sebastião não tivesse morrido em Alcácer, Rei haveríamos nêle, — não na sua pessoa, «mas no sangue da sua raça». Tal é a linha dorsal do sebastianismo da Restauração, que no seu manifesto *El principe encubierto* Luís Marinho de Azevedo inclui na comparação feliz do Encoberto, abrangido pela fórmula — D. Sebastião ao D. João IV = ao Deus ignoto dos atenienses, em quem a gentildade prestava culto antecipado à

## LUSITANIA

unidade do Deus Criador. Evidentemente que na massa avulsa da nação o Encoberto tomava aspectos de fetichismo baixo e depressivo. Não esqueçamos, para o explicar, o que de judaico se espalhara por entre a arraia miúda. Mas então com isso só se prova a filiação hebraica do Sebastianismo, — gritarão, vitoriosos, os opositores da minha tese. Ora escutemos o senhor J. Lúcio de Azevedo na *Evolução do Sebastianismo*, discorrendo das profecias do Bandarra: — « Ao fundo pròpriamente judaico se juntou o que da lenda de Merlim restava ainda na tradição popular, se é que não veio de Espanha com outros elementos, que o autor das *Trovas* igualmente utilizou. » Mas ¿ o que é para o senhor J. Lúcio de Azevedo o « fundo pròpriamente judaico » das Trovas? Êle nos responde: — « Não é de estranhar o alvoroço que entre os Hebreus causavam as trovas proféticas, pejudas de reminiscências bíblicas, no sentido e na linguagem ». E o illustre historiador esclarece: — « Reconheciam no Bandarra um dos seus, se não pelo sangue, no affecto aos livros sagrados, que lhe inspiravam a grosseira musa. » Pelo sangue, seguramente que não, segundo o senhor J. Lúcio de Azevedo testifica com a certidão passada pelo Santo-Ofício, — certidão que atesta não ter sido o Bandarra preso por culpas de judaismo, mas por « fazer trovas sôbre lugares da sagrada escritura ». Os « lugares da sagrada escritura », em que o sapa-teiro de Trancoso se apoiava, vinham-lhe, como já notámos, da Bíblia, sim, mas pelo canal da mística cristã. Notarei ainda que se o « messianismo » é uma aspiração judaica, ¿ o que pensaremos do Cristianismo da « parusia », ou seja do « advento do reino de Deus », durante as idades apostólicas, sobretudo? Sucede também que aos Judeus repugnava visceralmente, tanto a « ressurreição dos mortos », como a idea de « immortalidade da alma ». Lembremo-nos da tragédia mental de Uriel da Costa!

E sem divagar, unicamente para assentarmos o nosso juízo, consinta-se-nos um recorte elucidativo da *História de Cristo*, do convertido italiano Giovanni Papini. Frisa-nos Papini a dificuldade com que os apóstolos e discípulos do Senhor acreditaram na sua ressurreição. Maria Madalena toma-o pelo jardineiro de José de Arimatéa e os caminheiros de Emauz como qualquer outro viajante. « Tem-se a impressão, ao lêrem-



## O SÉCULO XVII

-se os Evangelhos, que os amigos de Cristo, bem longe de inventarem a sua volta, só a aceitaram constrangidos por uma triunfante evidência e depois de bastantes hesitações. É, numa palavra, o inverso, » de quanto pretendem provar aqueles que os accusam de ingenuidade ou fraude. E Giovanni Papini interroga : — « Mas porque tais incertezas ? ; Porque é que os ensinamentos de Jesus não tinham podido destruir, nessas almas lentas e indóceis, a antiga repugnância judaica à idea da immortalidade ? A crença na ressurreição dos mortos foi estranha por muitos séculos ao espirito todo temporal dos Hebreus. Encontramos rastros dela em raros profetas, — em Oséas e Daniel, não aparecendo verdadeiramente explicita senão numa passagem da história dos Macabeus. Nos tempos de Cristo o povo possuia uma confusa noção, como dum milagre longínquo que entrava no plano dos apocalipses, mas que não se realizaria antes do dia da destruição suprema. Os Saduceus negavam terminantemente a ressurreição dos mortos ; os Fariseus admitiam-na, não como o privilégio dum só, mas como a recompensa afastada e comum de todos os justos. Quando o supersticioso Antipas dizia de Jesus que êle era João ressuscitado dentre os mortos, queria dizer, servindo-se duma imagem enérgica, que êle era um outro João. » Donde o concluir Papini legitimamente : — « A relutância em admitir uma tão extraordinária infracção às leis da morte mostrava-se tão profunda entre os Judeus que os Discípulos mesmo do *Ressurrector*, que annunciara a sua própria ressurreição, não estiveram dispostos a reconhecê-la, sem primeiro se convencerem por meio de provas e contra-provas. »

Se transpusermos para o mito sebástico, em que o messianismo judaico deve desaparecer diante da « parusia » cristã, as considerações de Papini, ¿ o que inferiremos nós ? Que, embora a vinda do Encoberto exprima para Portugal a sua vitória no mundo, — o seu máximo poderio (Portugal-Maior, diríamos hoje), e se possa aparentar por aí ao imperialismo moral dos judeus, no mito sebástico distingue-se, em todo o caso, um elemento — o elemento predominante, que rejeita os seus supostos antecedentes hebraicos. Morto ou não na batalha, D. Sebastião tornará um dia ampliado no tempo pelo dom duma immortalidade, que, se não é eterna, é, pelo menos, *histórica*. Isto, quanto às origens poéticas do « mito », pois que a sua inter-

## LUSITANIA

pretação prática já sabemos em que termos lha deu o século xvii. Creio suficientemente indicado, por um trabalho de raciocínio que o leitor suprirá no seu miúdo encadeamento, como o «sebastianismo», sinónimo de «encobertismo», é mais cristão do que judaico, — e como brotou antes da autoctonia psíquica da nossa raça, do que duma enxertia ou posterior imiscuencia hebraica.

O carácter providencial de «povo eleito», que o mito sebastico concede a Portugal, é que o assemelha, mas pelo lado dos teólogos e místicos do Cristianismo, à perdida dignidade de Israel como «nação escolhida». Socorrendo-se do «milagre de Ourique», Pedro de Sousa Pereira, no seu *Mayor triumpho de Monarchia Lusitana*, na esteira de muitos outros autores, reclamaria para Portugal a «semelhança cõ o povo de Israel, de que se lhe transferio dominio, porque «o reyno de Portugal é de eleição divina e succedeo a Israel, que o perdeo por seus peccados, e se deo às gentes que fizeram fructo n'elle de estender o nome de Deus até o Japão, que he o outro polo, cõfirmando nossa santa fe com suas vidas, a pezar de tãtos encontros dos infieis, e riscos do grãde Oceano.» Aqui se espelha bem a natureza universalista que o nacionalismo extremo do mito sebastico abrigava consigo. É o tema que preside às lucubrações de D. João de Castro, — o comentador do Bandarra, quando nos convida a crer na vinda do Desejado, para realizar a monarquia universal de Cristo, coroado o nosso D. Sebastião imperador do mundo pelo Papa Angélico.

«O Papa Angélico, — aclara D. João de Castro —, futuro contemporaneo Del Rey Nosso Senhor, constrangido pela tribulaçam grande que se erguera na Igreja, desamparará Roma & fugirá para França ou para os reynos seus comarcões indo-se emfim refugiar a Portugal... No qual por expresso mandado de Deus coroará por Emperador a El Rey Dom Sebastiam, traspassando o imperio da Allemanha á Casa Real de Portugal.» E, — detalhe curioso! —, que D. João de Castro, iluminado pela sua quimera, até aos detalhes desce: — «Na coroaçam do Emperador Dom Sebastiam Nosso Senhor, (o Papa Angélico) o coroará com coroa de espinhos, por ele mesmo não querer que seja com a douro, senam com

## O SÉCULO XVII

*a tal por reverencia & memoria de Christo: pedindo isto muy afincadamente a sua Santidade, que por condescender com seu santo zelo & humildade, lho otorgará.»*

Provado fica que, tanto no seu nacionalismo como no seu universalismo, o mito sebástico é de perfeita conformação cristã. Originado certamente nas velhas lendas ocidentais, de que o Saturno, desterrado para uma ilha longínqua das tradições teogónicas, recolhidas por Diódoro Siculo, é, sem dúvida, a mais remota figuração, impossível será reconstituir-lhe a emmaranhada genealogia até se corporizar em momentos de febre colectiva no moço herói, sumido para sempre na tarde congestionada de Alcácer. Mas as suas raízes mergulham no fundo étnico de que brotou o belo tema de Artur, descansando até ao retôrno triunfal, na misteriosa Avalon, convem não esquecer que a *fatidica puella* de Clunia,— a sibila cantábrica de que, a propósito de Galba, Suetonio nos fala acidentalmente, se nos desvenda como o elo sôlto duma longa e interrompida cadeia. Antes de D. Sebastião, é em Castela, na monarquia de Carlos V, que o *Encoberto* nos surge, personificando, quem sabe, os protestos insofridos do espirito público contra Carlos de Gand e o seu séquito de flamengos. Correm, como de Santo Isidoro, diversas profecias. Aventa uma:—«*Sazon se hallegara que el Encubierto verra en Espanna cavalgando en cavallo de madera: y aun estara aca, y de muchos no sera crido.*» Tentando explicar em rima para o vulgo os textos apócrifos attribuídos ao santo prelado de Sevilha, estampam-se em Valência, no ano de 1520, as *Coplas de fr. Pedro de Frias*, de que oferecemos amostra:

*«Esto sera al mes doutubre,  
Esta escritura no erra.  
Avera la vitorya en guerra  
Un rey que no se descubre»:*

Donde o justissimo reparo do senhor J. Lúcio de Azevedo:—«O Encoberto era pois achado anterior ao Bandarra, e já assumira o título um individuo misterioso, judeu, que

## LUSITANIA

capitaneava os sublevados de Valência em 1532, e pretendia passar pelo príncipe D. João, filho de Reis Católicos, anos antes falecidos. É provável fôsse o livro de Pedro de Frias que suscitou a aparição e apelido do aventureiro. Morreu êle no patíbulo; teve, porém, sucessores, e cada um se dizia o próprio Encoberto redivivo. Aqui se encontra a lenda do sebastianismo em embrião.»

O caso do «*Encubierto*» de Valência tem servido para reforçar a opinião dos que reputam o «encobertismo» como uma florescência judaica. Perfeito equívoco, porque se o «*Encubierto*» de Valência era judeu, valeu-se de profecias nacionalistas, não em relação à sua grei, mas em relação a Castela, encapotando-se de mais a mais debaixo do disfarce do defunto herdeiro dos Reis-Católicos, sepultado e bem sepultado no seu magnífico túmulo de Avila. Confundindo êsse movimento de obscura crepitação colectiva com o seu particularismo messiânico, os judeus aproveitam-no, sem que o originem. As suas raízes, conforme esboçamos, derivavam do consórcio lírico, — exprimamo-nos assim —, das nossas velhas crenças naturalistas com o depósito deixado nas almas pela aspensão benéfica do Cristianismo. Se insistimos em tal ponto, é porque o entendemos de completa necessidade.

Ora o que ocorreu no país vizinho, sob o scetro de Carlos V, ocorreu igualmente entre nós. Propagadas as «*Trovas*» do Bandarra, os judeus mexeram-se também, julgando nelas uma promessa inesperada ao seu pertinaz, — tão pertinaz como cego —, messianismo. Recorramos de novo ao senhor J. Lúcio de Azevedo: — «Assim, pois, fora do que tomou ao judaísmo, o profeta nacional caminha em sendas já trilhadas. As *Trovas* dizia êle que as fizera em louvor de Deus e de El-rei; e o leão vinha a ser D. João III. Os cristãos novos referiam-nas porém ao Messias e muitas circunstâncias a isso os incitavam. Isaac Abravanel, notável hebreu português, tão famoso como financeiro, como pela sciência bíblica em que foi exímio, annunciara para 1503 a chegada do redentor prometido. Para cumprir o prognóstico, — é ainda o senhor J. Lúcio de Azevedo quem fala —, appareceu em 1502 um aventureiro, em Istria, a dar-se pelo Messias, e a notícia logo se divulgou em tôda a Itália, com grande alvoroço da população judaica. Contemporâneo

## O SÉCULO XVII

do Bandarra foi o alfaiate Luís Dias, de Setúbal, que a um grupo de crentes ingénuos logrou também persuadir que era o Messias. E, caso mais extraordinário que iludir a simplicidade de criaturas apaixonadas e incultas, do número dos crentes chegou a fazer parte um cristão velho, letrado, o doutor Gil Vaz Bugalho, juiz de fora em Évora e desembargador dos Agravos, além de outras pessoas igualmente de consideração.»

Advertindo apenas que o senhor J. Lúcio de Azevedo considera equivocadamente como extraídos do judaísmo os elementos bíblicos de que Bandarra se inspirou nas suas « profecias », quando os recebeu, por certo, da mística cristã, a sua transcrição confirma-nos absolutamente no nosso parecer. Independente do « mito » judaico, o « mito » nacional correu-lhe paralelo, enquanto o desastre de Alcácer o não definiu inteiramente, encarnando-o na pessoa de D. Sebastião. Hesitante nas trovas do sapateiro de Trancoso, avoluma-se e torna-se crença comum, com as desgraças da nacionalidade. « Sebastianismo » se passa então a chamar. E se para o profetismo supersticioso das camadas sociais em que o mestiço se incrustara fortemente num país, esgotado pela sangria ultramarina e onde o problema do trabalho rural se resolvia, principalmente, pela importação e massa de negros, — se para êsse profetismo D. Sebastião devia voltar, bem cedo o « mito » se classificou com o sentido positivo que a Restauração lhe fixa. Errava, por isso, Bruno ao considerar loucura de maníacos baixos o « sebastianismo », enquanto que tomava como sinal augusto de vitalidade pátria o « messianismo », expresso nas actas de Almacave e no juramento de Afonso Henriques. Se, na esteira de Bruno, o « messianismo », como esperança num redentor, — ou deus ou herói, é um património quási geral da humanidade, precisamente o « sebastianismo » individualiza-o e nacionaliza-o entre nós. De « mito » poético torna-se depressa em como que « teoria da nacionalidade ». D. Francisco Manuel de Melo, no seu *Tácito português*, conta-nos « que à proporção dos descontentes que fazia o govêrno castelhano, crescia o número de sebastianistas, e que as primeiras reuniões dos conjurados para a revolução se convocaram como práticas sôbre o sebastianismo ». Religião do nosso irredentismo, ¿ porque tomar o mito sebástico como uma baba abastardante de manicómio? Tão grandes àsas

## LVSITANIA

nos deu, que os panigeristas filipinos, depois do acto revolucionário de 1640, se insurgem contra a « simplicidade e superstição do povo português em afectar prodígios falsos para se amotinar contra seus príncipes ». Com feliz penetração entrelaça Manuel Múrias o « sebastianismo » de Seiscentos ao « suarismo », não o « suarismo » filosófico, mas o « suarismo » político. Já abordaremos tão decisivo aspecto da questão. E não se me leve por exagêro tamanho apêgo à explanação do mito sebástico. Êle é decisivo na constituição dêsse admirável estado de espírito, que animou o Portugal-Restaurado, enchendo de nacionalismo criador o caluniado século xvii. Século de prosa, — de análise, portanto, êle é, entre todos, o século da « cultura portuguesa ». Bem haja Manuel Múrias por haver dissipado o veu que o entenebreceia. E porque o assunto nos merece mais alguma demora, a êle tornaremos, depois duma pausa de repouso.

ANTONIO SARDINHA.

